

Gararu (SE), 09 de abril de 2025.

Oficio nº 032/2025/GAPRE

Ao Sr.
JOSIVALDO ALVES DOS SANTOS
PRESIDENTE DA CAMARA MUNICIPAL DE GARARU/SE

Prezados(as) Senhores(as) Vereadores(as),

Cumprimentando cordialmente Vossas Excelências, encaminhamos para apreciação desta Egrégia Casa Legislativa o Projeto de Lei nº 09/2025, de 09 de abril de 2025, que modifica a Estrutura Organizacional e o Sistema de Cargos, Empregos, Funções e Salários dos servidores públicos do Município de Gararu, instituída pela Lei nº 674/2019, e dá outras providências.

A presente proposição visa a modernização da administração pública municipal, com o objetivo de adequar a estrutura organizacional à realidade atual da gestão pública, promover maior eficiência na prestação dos serviços à população e valorizar os servidores municipais, observando os princípios da legalidade, eficiência, economicidade e transparência.

Reforçamos que esta atualização também busca garantir a coerência com as diretrizes de planejamento, controle interno, orçamento e políticas públicas em consonância com a legislação vigente, sobretudo no que se refere às normas federais e estaduais de organização administrativa

Sem mais para o momento, reiteramos protestos de elevada estima e consideração.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE, EM 09 DE ABRIL DE 2025.

Atenciosamente,

GILZETE DIONIZA DE MATOS

Prefeita Municipal



PROJETO DE LEI Nº 09/2025 DE 09 DE ABRIL DE 2025

Modifica a Estrutura Organizacional e o Sistema de Cargos, Empregos, Funções e Salários dos servidores públicos do Município de Gararu, instituída pela Lei nº 674/2019, e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município de Gararu e pelo art. 30, I, da Constituição Federal, submente para apreciação da Câmara Municipal de Vereadores do Município de Gararu, o presente Projeto de Lei:

TÍTULO I DA ESTRUTURA ADMINISTRTIVA

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art. l** A administração Pública é o aparelho do município, destinado à realização dos seus serviços, para o atendimento das necessidades coletivas.
- **Art. 2** A administração Pública Municipal respeita os níveis hierárquicos, tendo como superior maior o (a) Prefeito (a) Municipal e, como auxiliares, os seus Secretários.
- **Art. 3 -** Integram a Estrutura Organizacional Básica da Administração da Prefeitura Municipal de Gararu, os seguintes órgãos:

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO BÁSICA

I - Órgãos de Apoio e Assessoramento:

- a) Secretaria do Gabinete do (a) Prefeito (a) GAPRE;
- b) Procuradoria Geral do Município PROGE;
- c) Secretaria de Controle Interno SCI;
- d) Secretaria de Planejamento.



II - Órgãos de Natureza Instrumental e Operacional:

- a) Secretaria de Administração— SEAD;
- b) Secretaria de Finanças SEFIN. Secretaria Municipal de Saúde;
- c) Secretaria de Educação SECMED
- d) Secretaria de Esporte, Eventos, Cultura e Turismo SEECTUR
- e) Secretaria de Obras e Serviços Urbanos-SOTUR;
- f) Secretaria de Saúde SESAU
- g) Secretaria de Assistência Social SMAS
- h) Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente SEAMA
- i) Secretaria de Comunicação Social SECOM
- j) Secretaria de Transporte ST

CAPITULO III DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA

SESSÃO I DO GABINETE DO(A) PREFEITO(A)

- **Art. 4** Compete a Secretaria de Gabinete do(a) Prefeito(a):
- I- Assistir o(a) Prefeito(a) nas suas funções públicas;
- II- Manter ligação com os demais poderes e autoridades;
- III- Exercer as atividades de relações públicas;
- IV- Prestar auxílio burocrático ao(a) Prefeito(a);
- V- Pesquisar e coligir elementos necessários ás informações solicitadas ao Executivo;
- VI- Coletar dados e informações para as tomadas de decisão do(a) Prefeito(a);
- VII- Elaborar, controlar e encaminhar a tramitações dos projetos de lei de interesse do Executivo na Câmara de Vereadores e manter o controle que lhe permita prestar informações ao(a) Prefeito(a) sobre o assunto;
- VIII- Preparar e encaminhar o expediente do Gabinete;
- IX- Atuar como elemento de interligação e integração do Secretariado no desenvolvimento de todos os programas de governo;
- X- Assistir o(a) Prefeito(a) em suas relações com os munícipes, entidades de classe e com os órgãos da Administração Municipal;



- XI- Redigir textos, notas e documentos de interesse do Município e providenciar sua divulgação na imprensa escrita, falada e televisiva;
- XII- Coordenar a elaboração da proposta orçamentária anual e do plano plurianual;
- XIII- Supervisionar o serviço de cerimonial, coordenando cerimônias de inauguração de obras, eventos e atividades político administrativas do(a) Prefeito(a);
- XIV- Coordenar os serviços de fornecimento de agua potável e manutenção das estradas vicinais;
- XV- Assessorar o(a) Prefeito(a)e Secretários na confecção de notas oficiais, quando solicitado.
- **Art. 5 -** Integram a estrutura do Gabinete do(a) Prefeito(a):
- I- Secretário Chefe de Gabinete;
- II- Diretor Jurídico:
- III Diretoria de Abastecimento e Fornecimento de Agua;
- IV Diretoria de Manutenção de Estradas Vicinais;
- V Diretoria de Manutenção de Maquinas Pesadas;
- VI Diretoria de Inovação e Modernização.

SEÇÃO II

DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICIPIO

- Art. 6 Compete a Procuradoria Geral do Município:
- I- Planejar, executar, coordenar e controlar as atividades municipais relativas ao desenvolvimento e aplicação das atividades jurídicas da Prefeitura;
- II- Prestar assessoramento jurídico às demais áreas da Administração Direta, quando solicitado, bem como elaborar pareceres sobre consultas formuladas;
- III- Processar, amigável ou judicialmente, as desapropriações, bem como



promover o pagamento das indenizações correspondentes;

- IV- Planejar, coordenar, executar e elaborar contratos e atos preparatórios;
- V- Orientar os processos de doação, venda, permuta, concessão e permissão de uso de bens;
- VI- Elaborar minutas de Convênio, escrituras e editais em geral, especialmente os que se refiram a licitações;
- VII- Zelar, na esfera da competência municipal, pela exata observância das Constituições Federal e Estadual, da Lei Orgânica Municipal, das demais Leis, Regulamentos e Atos normativos emanados dos Poderes Públicos;
- VIII- Coordenar as atividades litigiosas do Município;
- IX- Examinar os documentos anexos aos processos administrativo se os de interesse do Município e dar parecer sobre eles;
- X- Representar e defender o Município em qualquer juízo ou instância, através de delegação emanada de órgão ou poder superior;
- XI- Participar de sindicâncias e inquéritos administrativos e dar a eles orientação jurídica;
- XII- Manter devidamente arquivados os contratos, termos e convênios, leis, decretos e portarias de interesse do Órgão;
- XIII- Executar outras tarefas correlatas, determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- **Art. 7** Integram a Procuradoria Geral do Município:
- 1- Procurador Geral
- II- Procurador Municipal

SEÇÃO III SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

Art. 8 - Compete a Secretaria de Controle Interno:



- I- Avaliar o cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual, a execução dos programas de governo e do orçamento municipal;
- II- Comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficiência e eficácia da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da administração pública municipal, bem como da aplicação do recurso.
- III- Exercer o controle das operações de crédito, avais, garantias, e dos direitos e haveres do Município;
- IV- Apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- V- Promover aperfeiçoamento da gestão pública, colaborando na formulação, planejamento, administração e desenvolvimento;
- VI- Fiscalizar os atos de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Administração Municipal;
- VII- Padronizar, sistematizar, e normalizar os sistemas operacionais dos órgãos e das unidades da Administração Municipal;
- VIII- Consolidar os planos de trabalho para realização de auditoria interna;
- IX- Executar outras tarefas correlatas que lhes sejam atribuídas;
- **Art.** 9 Integram a Estrutura de Controle Interno:
- I- Secretário de Controle Interno
- II- Diretoria de Auditoria

SEÇÃO IV

DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

- **Art.** 10 Compete a Secretaria de Planejamento:
- I coordenar o planejamento do Município e das ações e políticas voltadas para a gestão estratégica e o desenvolvimento urbano;



II – realizar as funções de assessoramento, planejamento, coordenação,
 supervisão, orientação técnica, controle, execução e avaliação, em nível central,
 dos planos e projetos estratégicos para o município de Gararu.

III – estruturar sistemas de monitoramento e avaliação de indicadores de desempenho e resultado no âmbito da Administração Pública Municipal;

 IV – coordenar a formulação e o controle da execução das políticas, programas e ações voltadas à transformação e melhoria da qualidade da gestão da
 Administração Pública Municipal;

V - elaborar, em articulação com os demais órgãos da Prefeitura, o Plano Estratégico Municipal, do Plano Plurianual e da proposta orçamentária, bem como o acompanhamento, monitoramento e avaliação de sua execução;

VI – promover estudos e ações para o desenvolvimento da Cidade e garantindo sua compatibilidade com o Planejamento Estratégico, com o Plano Plurianual e com as Leis Orçamentárias Anuais;

VII - normatizar, orientar e monitorar os procedimentos de planejamento e orçamento governamentais para todos os órgãos da Prefeitura;

VIII – elaborar a Lei de Diretrizes Orçamentárias e dos Orçamentos anual e plurianual, processados de acordo com metodologia que assegure a participação popular;

IX - elaborar estudos e projetos de natureza socioeconômica e de desenvolvimento urbanístico;

X – elaborar, revisar, regulamentar e fiscalizar o Plano Diretor do Município;

Art. 11 - Integram a Estrutura da Secretaria de Planejamento:

- 1- Secretário de Planejamento
- II- Diretor de Planejamento

SEÇÃO V DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO



Art. 12 - Compete à Secretaria de Administração:

- 1 Elaborar, propor, executar e supervisionar o controle das atividades da administração em geral;
- II A proposição de políticas sobre a administração de pessoal e dos planos de classificação de cargos, empregos ou funções com a respectiva remuneração;
- III Programação e gerência de recrutamento, seleção, registro, controle funcional, pagamento e demais atividades relativas ao pessoal da Prefeitura;
- IV- Coordenar o relacionamento do Executivo com os órgãos representativos dos servidores municipais;
- V-. Coordenação dos serviços de Secretaria Geral, Arquivo, comunicação interna, copa, informações, limpeza, portaria, recepção, protocolo;
- VI Participar da consolidação e apresentação do relatório anual e prestação de contas da Prefeitura;
- VII Planejamento e gerenciamento das atividades relativas ao processamento eletrônico de dados da prefeitura;
- VIII Assistência ao(a) Prefeito(a) em suas relações institucionais com os órgãos e entidades do município;
- IX Manter o arquivo de documentos, determinar descartes e promover a digitalização de documentos essenciais e de duração permanente;
- X Promover programas de atualização, capacitação e formação de servidores;
- XI Desempenhar outras atividades afins.
- **Art.** 13 A Secretaria da Administração terá a seguinte estrutura:
- 1- Secretário de Administração;
- II Diretor de Recursos Humanos;
- III Diretor de Almoxarifado e Patrimônio:



SEÇÃO VI DA SECRETARIA DE FINANÇAS

Art. 14 - Compete à Secretaria de Finanças:

- I Promover o cadastramento dos contribuintes, o lançamento, a arrecadação e a fiscalização dos tributos e demais rendas municipais;
- II O recebimento, pagamento, guarda e movimentação dos numerários e outros valores;
- III Promover o registro e controle contábil da administração orçamentária, financeira e patrimonial do município; preparar os balancetes, balanço e demonstrativos de prestação de contas à Câmara Municipal e aos Tribunais de Contas do Estado e da União;
- IV Elaborar e coordenar a execução da programação financeira de desembolso;
- V Prestar assessoria ao(a) Prefeito(a) em todas as matérias de caráter econômico-financeiro de interesse do município, de modo especial no processamento das operações de crédito e em financiamentos tomados pelo município, e aos órgãos públicos da administração local, nos assuntos fazendários, e promover o gerenciamento dos recursos provenientes de convênios firmados com o Estado, a União e outras atividades;
- VI Efetuar cálculo, controle e inscrição da Dívida Ativa;
- VII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- Art. 15 Integram a Secretaria de Finanças:
- 1 Secretário de Finanças;
- II Diretor de Departamento Contábil;
- III Diretor de Departamento de Empenho;
- IV Diretor de Departamento de Tributos e Arrecadação.



SEÇÃO VII DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

- **Art.** 16 A Secretaria Municipal da Educação SECMED tem por finalidade o planejamento operacional e a execução da Política Educacional do Município, especificamente através das seguintes atividades:
- 1 Organização e administração do Sistema Municipal de Ensino;
- II Elaboração, execução e acompanhamento do Plano Municipal de Educação através do cumprimento de suas metas;
- III Orientação e aplicabilidade do Currículo Escolar, definido através da Base
 Nacional Comum Curricular, na prática pedagógica das Escolas Públicas
 Municipais;
- IV A instalação, a manutenção e a administração das unidades de ensino, assim como a orientação técnico-pedagógica;
- V Ofertar a Educação Infantil em creches e pré-escolas para crianças de até 05 (cinco) anos, e com prioridade o Ensino Fundamental (a partir dos 6 anos) e, a Educação de Jovens e Adultos, observando o que determina a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n° 9.394-1996);
- VI Garantir o Atendimento Educacional Especializado aos alunos pertencentes ao Sistema Municipal de Ensino;
- VII Elaborar, organizar e definir parâmetros para construção dos Planos de Ensino, Regimento Interno, Calendário Escolar, históricos, transferências, certificados de conclusão, projetos pedagógicos, e outros documentos pertinentes ao funcionamento do Sistema Municipal de Ensino;
- VIII Elaborar e desenvolver, bem como, discutir com o sindicato representante da categoria dos profissionais da educação municipal o Plano de Carreira e o Estatuto do Magistério Público Municipal;
- IX Apresentar ao(a) Prefeito(a) municipal a demanda para realização de



concurso público de provas e títulos ou contratação de pessoal de prova e título, para o preenchimento de vagas nas Unidades de Ensino;

- X Administrar e promover capacitação dos profissionais de educação;
- XI Articular com outros órgãos ou instituições públicas e privadas, nacionais e internacionais, o cumprimento das finalidades pertinentes a legislação da Política Educacional;
- XII Articular com órgãos e entidades, públicas, privadas e do terceiro setor, nacionais, estrangeiras e internacionais, atividades que promovam o desenvolvimento da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino; XIII Elaborar, acompanhar e avaliar o Processo de Planejamento do Plano Plurianual e a Lei de Dotação Orçamentária, bem como o Planejamento Estratégico a que cabe esta secretaria;
- XIV Manutenção dos programas de assistência ao estudante;
- XV Garantir o funcionamento do Conselho Municipal de Educação CMEG, Conselho Municipal de Alimentação Escolar - CAE e Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; CACS-FUNDEB; e,
- XVI Outras atividades correlatas determinadas pelo (a) Prefeito(a).
- **Art.** 17 A Secretaria Municipal da Educação tem a seguinte estrutura organizacional:
- I- Secretário de Educação;
- II Secretário Adjunto de Educação;
- III Departamento de Coordenação Pedagógica;
- a) Diretor do Departamento de Coordenação Pedagógica;
- b) Coordenação Pedagógica;
- c) Assessoria de Educação Infantil;
- d) Assessoria de Ensino Fundamental Anos Iniciais;



- e) Assessoria de Ensino Fundamental Anos Finais;
- f) Assessoria de Ensino em Tempo Integral;
- g) Assessoria de Educação de Jovens e Adultos;
- h) Assessoria de Atendimento Educacional Especializado.
- IV Departamento Técnico Administrativo:
- a) Diretor do Departamento Técnico Administrativo;
- b) Assessoria de Serviços Administrativos;
- c) Assessoria de Atendimento ao Público;
- d) Assessoria de Alimentação Escolar;
- f) Assessoria de Inspeção Escolar;
- h) Assessoria de Transporte Escolar.
- V Órgãos Colegiados:
- a) Conselho Municipal de Educação CMEG;
- b) Conselho Municipal de Alimentação Escolar CAE;
- c) Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação; CACS-FUNDEB.

Parágrafo único. A Secretaria Municipal da Educação contará com assessoramento jurídico da Procuradoria Geral do Município de Gararu.

SEÇÃO VIII

DA SECRETARIA DE ESPORTE, EVENTOS, CULTURA E TURISMO

- Art. 18 Compete à Secretaria de Esporte, Eventos, Cultura e Turismo:
- I Formular e desenvolver a Política Municipal de Esportes, coordenando e incentivando a realização de atividades físicas, desportivas e recreativas, enfatizando o esporte amador e de massa;
- II- Planejar, organizar e disciplinar as atividades esportivas no Município; e



buscar a colaboração técnica e financeira junto a instituições públicas e privadas, para seu crescimento;

- III Desenvolver o turismo local e contribuir com o turismo regional;
- IV Estudar a dinâmica do turismo, para servir de base ao desenvolvimento das atividades no Município, considerando o perfil e as potencialidades locais;
- V Buscar fontes de recursos para o desenvolvimento do turismo no Município e na região, mediante a instalação de hotéis e pousadas;
- VI Desenvolver política de incentivo ao incremento do turismo de negócio, ecológico, cultural e étnico;
- VII Desenvolver programas de educação, em parceria com órgãos do Meio Ambiente, para a educação, preservação e conservação dos ecossistemas do Município;
- VIII Implementação de acordos, convênios e parcerias com entidades governamentais ou privadas, no âmbito estadual, federal ou internacional, voltados para o incremento do turismo;
- XVIII Formar mão-de-obra para os serviços de orientação turística, hoteleira, restaurantes, hospedagens, e desenvolver campanhas para se receber bem o turista;
- IX Criar e desenvolver as campanhas institucionais diretamente voltadas para difundir as potencialidades turísticas do Município e da região;
- X Participar de eventos, feiras, exposições, conferências e intercâmbios que fomentem o Turismo local:
- XI Promover eventos no Município ligado ao Turismo, como feiras, exposições e conferências que promova o setor de Turismo.
- XII Formular e implementar, com a participação da sociedade civil, o Plano Municipal de Cultura promovendo e executando as políticas e as ações culturais nele definidas;
- XIII Implementar o Sistema Municipal de Cultura, integrado ao Sistema Nacional de Cultura, articulando os atores públicos e privados no âmbito do



Município de Gararu, estruturando e integrando a rede de equipamentos culturais, descentralizando e democratizando a sua estrutura e atuação;

- XIV Promover o planejamento e fomento das atividades culturais com uma visão ampla e integrada, considerando a cultura como uma área estratégica para o desenvolvimento municipal;
- XV Valorizar todas as manifestações artísticas e culturais que expressam a diversidade étnica e social de Gararu;
- XVI Pesquisar, registrar, classificar, organizar e expor ao publico a documentação e os acervos artísticos, culturais e históricos de interesses do município de Gararu;
- XVII Promover intercambio cultural nos âmbitos regional, nacional e internacional;
- XVIII Preservar e valorizar o patrimônio cultural , material e imaterial do município de Gararu;
- XIX Fortalecer o sistema de incentivo a Cultura e promover ações de fomento ao desenvolvimento da produção cultural no âmbito do município; IX-
- Descentralizar os equipamentos, ações e os eventos culturais, democratizando o acesso aos bens culturais;
- XX Estruturar e realizar cursos de formação e qualificação profissional que digam respeito as áreas de criação, produção, gestão e marketing cultural;
- XXI Estruturar o calendário dos eventos culturais do município;
- XXII Elaborar estudos específicos para a identificação de cadeias produtivas da cultura para, em articulação com outros órgãos municipais, traçar políticas de desenvolvimento voltadas aos envolvidos no processo da produção cultural;
- XXIII Coordenar os programas e projetos de fomento e divulgação da cultura do município;
- XXIV Implantar uma política municipal de valorização da Biblioteca Pública Municipal, mediante o recolhimento e catalogação de documentos, e objetos outros de significado histórico local, recebidos pela administração municipal, bem



como estabelecer normas, gerir, conservar e organizar, de modo a facilitar o acesso ao público interessado;

- XXV Estabelecer diretrizes para a atuação da própria Secretaria em todos os segmentos de sua responsabilidade.
- XXVI Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo;
- Art. 19 Integram a Secretaria de Esporte, Eventos, Cultura e Turismo:
- I Secretário de Esporte, Eventos, Cultura e Turismo;
- II Diretor Departamento de Esportes;
- III Diretor Departamento de Eventos;
- IV Diretor Departamento de Cultura;
- V Diretor Departamento de Turismo;

SEÇÃO IX

DA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS

- Art. 20 Compete à Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:
- 1 Coordenar os serviços de limpeza urbana e oficinas sanitárias;
- II Prover as vias e logradouros públicos com equipamentos para coleta de lixo;
- III Executar os serviços de coleta, triagem e aterro sanitário do lixo, com fixação de itinerários, horários e frequência;
- IV Conservação e manutenção do sistema de drenagem, escoamento pluvial e esgoto;
- V Estabelecer programas de manutenção preventiva;
- VI Zelar pela iluminação pública;
- VII Providenciar e executar a construção de obras municipais, tais como: pavimentação, pontes, prédios públicos, praças, etc.
- VIII Inspecionar as obras em andamento, de execução direta ou contratada com



terceiros;

- IX Recuperação e conservação de prédios e instalações pertencentes ao Município;
- X Exercer outras atividades relacionadas às atividades da Secretaria.
- Art. 21 Integram a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos:
- I Secretário de Obras e Serviços Urbanos;
- II Secretário Adjunto de Obras e Serviços Urbanos;
- III Diretor de Departamento de Acompanhamento de Obras;
- IV Diretor de Departamento de Limpeza;
- V Diretor de Departamento de Urbanismo;
- VI Diretor de Departamento de Manutenção de Prédios.

SEÇÃO X DA SECRETARIA DE SAÚDE

Art. 22 - Compete à Secretaria de Saúde:

- 1 A assistência médica e sanitária, o controle e erradicação das doenças transmissíveis, a fiscalização e inspeção sanitária, conveniada ou concorrentemente com outros órgãos;
- II O levantamento dos problemas de saúde da população, a fim de identificar as causas e combater, com eficácia, as doenças;
- III Promover campanhas de esclarecimento e orientação sobre vacinação, educação sanitária, combate ao câncer, verminose, etc.;
- IV Articular-se com os órgãos e entidades de saúde estadual e federal, para o atendimento dos serviços de assistência médico-social e de defesa comunitária do Município;
- V Administrar as unidades de saúde no Município, promovendo atendimento de pessoas doentes e das necessitadas de socorro imediato;



- VI Proporcionar atendimento médico-odontológico à população;
- VII Providenciar o encaminhamento de pessoas doentes a outros centros de saúde fora do Município, quando os recursos médicos locais forem insuficientes;
- VIII Coordenar o Sistema Único de Saúde e os programas específicos de saúde, corno: PACS, PSF, DST/AIDS e outros;
- IX Administrar e acompanhar a execução de convênios; dirigir e fiscalizar a aplicação de recursos provenientes de convênios destinados à Saúde Pública;
- X Executar, em parceria com a Secretaria de Obras, a política de saneamento básico do Município;
- XI Estabelecer programas que visem divulgar a necessidade de prevenção à saúde;
- XII Desenvolver atividades de orientação e fiscalização das condições sanitárias e de resguardo da saúde pública e do trabalhador, nas seguintes áreas:
- a)- de alimentos, bebidas e água para consumo humano;
- b)- de saneamento, inclusive habitacional, tanto urbano quanto rural;
- c)- de produtos químicos e farmacêuticos;
- d)- de condições de trabalho em qualquer ramo de atividade.
- XIII Realizar inspeções, vistorias e emissão de alvarás sanitários; e registrar ocorrências, emitir termos de notação ou multa e cumprir a legislação na execução das ações de fiscalização;
- XIV Distribuição de medicamento da farmácia básica;
- XV Coordenar atividades dos Postos e Prontos Socorros de Assistência Médica, dando suporte aos programas de saúde desenvolvidos;
- XVI Viabilizar as atividades de laboratório, otimizando seus recursos técnicos e humanos no sentido da máxima eficiência;
- XVII Desenvolver programas preventivos de saúde;
- Art. 23 Integram a Secretaria de Saúde:
- 1 Secretário de Saúde;



- II Secretário Adjunto de Saúde;
- III Diretoria de Saúde Pública;
- IV Coordenação do Departamento de Atenção Básica;
- V Coordenação do Departamento de Vigilância Epidemiológica;
- VI Coordenação do Departamento de Vigilância Sanitária;
- VII Coordenação do Departamento da Equipe Multidiplinar;
- VIII Coordenação do Departamento de Endemias;
- IX Coordenação do Departamento de Imunização.

SEÇÃO X

DA SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 24 - Compete à Secretaria de Ação Social:

- I Prestar assistência social na forma de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Media Complexidade.
- II Implementar, coordenar e supervisionar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes estabelecidas pelo SUAS, no Plano de Governo, na legislação municipal, estadual e federal pertinentes e em consonância com as orientações e deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;
- III Implementar e garantir a oferta das proteções sociais básica e especial no município, baseada na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais que estabelecem bases de padronização nacional ofertados nos equipamentos públicos do SUAS.
- IV Garantir a regulamentação de serviços e programas da Proteção Social Básica e Especial a fim de prevenir e reverter situações de vulnerabilidade, riscos sociais, violação de direitos e desvantagens pessoais por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições;
- V Formulação das diretrizes e participação das definições sobre o financiamento e orçamento da Assistência Social, assim como a gestão, acompanhamento e avaliação do Fundo Municipal de Assistência Social;
- VI Coordenação da gestão do Beneficio de Prestação Continuada (BPC), articulando-o aos demais programas e serviços da Assistência Social;



- VII Regulamentação de Beneficios Eventuais, com vistas à cobertura de necessidades advindas da ocorrência de contingências sociais;
- VIII Programar o sistema municipal de monitoramento e das ações da assistência social por nível de proteção social básica e especial, com vistas ao planejamento, controle e avaliação dos resultados da Política Municipal de Assistência Social.
- IX Implantação de uma política de gestão do trabalho que privilegia a qualificação técnico política e a valorização dos trabalhadores do SUAS (Sistema único de Assistência Social), visando a qualidade nos serviços socioassistenciais ofertados à sociedade.
- X Executar, diretamente ou de forma descentralizada, a oferta dos serviços de assistência social aos segmentos mais vulneráveis da sociedade local, buscando realizar metas e atingir objetivos oficialmente estabelecidos;
- XI Assessorar a Prefeitura Municipal nos assuntos de sua competência e fornecer dados e informações a fim de subsidiar o processo administrativo.
- XII Assegurar que as ações no âmbito da assistência social tenham centralidade na família, e que garantam a convivência familiar e comunitária;
- XIII Elaborar a Política Municipal de Assistência Social em conformidade com a Política Nacional de Assistência Social;
- XIV Articular, mobilizar e firmar parcerias de cooperação técnico-financeira com instituições públicas e privadas de âmbito municipal, estadual e federal, com vistas a inclusão social dos usuários da política de assistência social;
- XV Estabelecer formas de acompanhamento e controle, bem como a supervisão, monitoramento e avaliação de ações de Assistência Social de âmbito local;
- XVI Gerir os recursos destinados à Assistência Social;
- XVII Articular e coordenar a rede de proteção social básica e especial, com centralidade na família, constituída de entidades públicas e da sociedade civil, estabelecendo fluxo, referência e retaguarda nas modalidades e complexidade de atendimento aos usuários da Assistência Social do Município;
- XVIII Exercer outras atividades correlatas com as suas atribuições;



XIX - Prover a infraestrutura necessária ao funcionamento dos Conselhos Municipais de Direitos vinculados a Secretaria Municipal de Assistência Social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens e diárias de conselheiros representantes do governo ou da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

XX - Encaminhar à apreciação do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) relatórios anuais de atividades e de realização financeira dos recursos;

Art. 25 - Integram a Secretaria de Assistência Social:

- I- Secretário de Assistência Social:
- II- Secretário Adjunto de Assistência Social;
- III- Diretoria de Apoio ao SUAS;
- IV- Coordenação do Cadastro Único;
- V- Coordenação do Programa Bolsa Família;
- VI- Coordenação da Proteção Social Básica;
- VII- Coordenação da Proteção Social Especial;
- VIII- Coordenação do Programa Criança Feliz;
- IX- Coordenação do Departamento da Defesa e Proteção da Mulher;
- X- Coordenação da Vigilância Sócio Assistencial;
- XI- Coordenação do CRAS Centro de Referência de Assistência Social;
- XII- Coordenação do CREAS Centro de Referência Especializado de

Assistência Social;

- XIII- Coordenação do Serviço de Convivência;
- XIV- Coordenação da Segurança Alimentar e Nutricional.

SEÇÃO XI

DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Art. 26 - Compete à Secretaria de Agricultura:

I - Planejar e executar as ações da área de agricultura, pecuária e áreas



congêneres;

- II Promover e apoiar as ações voltadas ao desenvolvimento da agropecuária;
- III Incentivar a implantação de hortas comunitárias nas diversas comunidades;
- IV Orientar as comunidades agrícolas, no sentido de aumentar a qualidade, produtividade e variedade de produtos cultivados, bem como a sua adequada comercialização e consumo;
- V Organizar e implantar as feiras livres para a comercialização dos produtos diretamente do produtor ao consumidor;
- VI Desenvolver ações objetivando a prática da inseminação artificial e outras que visem ao melhoramento genético dos rebanhos;
- VII Promover medidas visando à educação e a defesa sanitária animal e vegetal;
- VIII Apoiar a instalação de açudes, irrigação e demais práticas visando a piscicultura;
- IX Apoiar o cooperativismo, o associativismo, a pesquisa, a extensão rural, a integração agroindustrial e outras formas de organização do produtor e da produção;
- X Promover o desenvolvimento de atividades de estímulo à economia doméstica;
- XI Incentivar o armazenamento e silagem, para a formação de estoques reguladores;
- XII Orientar os produtores para a abertura de crédito rural, junto os órgãos financeiros:
- XIII Coordenar os trabalhos de elaboração do Plano Diretor Rural, visando à ordenação do crescimento e desenvolvimento da zona rural;
- XIV Criar mecanismos de apoio à mecanização e infra-estrutura da propriedade rural;
- XV Promover ações de apoio à eletrificação e telefonia rurais, articuladamente com a atividade privada e os órgãos governamentais;
- XVI Realizar integração com a política Estadual de meio ambiente;



- XVII Incentivar a implantação de obras de infra-estrutura básica, visando incentivar a permanência do agricultor na zona rural;
- XVIII Implantar viveiros para a produção de mudas e essências florestais, visando ao florestamento e ao reflorestamento;
- XIX Apoiar e desenvolver campanhas visando a conscientização da comunidade para a preservação do meio ambiente sadio;
- XX Promover e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, no que for de competência do Município;
- XXI Promover a fiscalização, articuladamente com outros órgãos do governo, de saúde e vigilância sanitária;
- XXII Definir espaços de controle e preservação permanente do interesse público e social do Município, promovendo as respectivas declarações ou tombamento, conforme o caso;
- XXIII Exigir de cada interessado na implantação de obra ou atividade potencialmente prejudicial ao meio ambiente o seu estudo prévio de impacto ambiental, com ampla divulgação;
- XXIV Controlar a produção, comercialização e emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem riscos para a vida, à qualidade devida e ao meio ambiente;
- XXV Promover campanhas de educação ambiental, com as unidades de ensino e em cooperação com a Secretaria de Educação, para a conscientização e respeito ao meio ambiente:
- XXVI Fiscalizar o trabalho animal, punindo os infratores pelos excessos e coibir, por todos os meios legais, eventos competitivos que submetam animais a confrontos de crueldade;
- XXVII Proteger a fauna, flora e os mananciais, evitando práticas que as coloquem em risco;
- XXVIII Fiscalizar e denunciar aos órgãos competentes os abusos contra o meio ambiente;



XXIX- Coordenar a elaboração de planos, programas, pesquisas, projetos e atividades, para implementação da política ambiental no Município;

XXX - Coordenar e executar as atividades de gestão da política de meio ambiente no Município, abrangendo controle e fiscalização ambiental, estudos e projetos, educação ambiental, áreas verdes e desenvolvimento ambiental;

XXXI- Coordenar as atividades de controle ambiental, gerenciando o licenciamento ambiental, a fiscalização e a avaliação dos empreendimentos de impacto, com colaboração das demais secretarias e dos órgãos ambientais em

nível estadual e federal;

XXXII - Coordenar a elaboração e implementação da política ambiental e de limpeza urbana no Município, visando promover a proteção, conservação e melhoria da qualidade de vida da população;

XXXIII - Definir, com o apoio das secretarias municipais da Coordenação de Gestão Regional, a política de limpeza urbana no Município;

XXXIV- Prestar suporte técnico ao Conselho Municipal de Meio Ambiente;

XXXV- Normatizar, monitorar e avaliar a fiscalização de controle ambiental no Município, em colaboração com a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos;

XXXVI - Desenvolver outras atividades, destinadas à consecução de seus objetivos;

XXXVII - Prover a implantação de parques, praças, jardins e hortos, bem como a sua conservação e manutenção, desenvolver projetos e medidas tendentes ao incremento e a disponibilização de áreas verdes para uso da população e para aumento da relação habitantes/áreas verdes.

XXXVIII - Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 27 - Integram a Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

I- Secretário de Agricultura e Meio Ambiente;



- II- Secretário Adjunto de Agricultura e Meio Ambiente;
- III- Diretor do Departamento de Piscicultura, Carcinicultura e Irrigação;
- IV- Diretor do Departamento de Agricultura, Apicultura, Pecuária e Apreensão de Animais;
- V- Diretor do Departamento de Fiscalização Ambiental.

SEÇÃO XII SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

- Art. 28 Compete a Secretaria de Comunicação Social:
- I Promover política de comunicação social do Município, visando resguardar e preservar a transparência da administração;
- II Supervisionar e controlar a publicação de Leis, Decretos e outros atos oficiais do Executivo, bem como a apresentação do Relatório Anual e quaisquer outros documentos de divulgação e promoção das ações da Administração Municipal;
- III Coordenar entrevistas coletivas do(a) Prefeito(a);
- IV Desenvolver trabalhos periódicos, visando à boa imagem pública do(a) Prefeito(a) e da Administração;
- V Editar jornais, revistas e publicações diversificadas, com a finalidade de divulgar para a população as obras e feitos da Administração;
- VI Divulgar os atos administrativos, sociais e oficiais da Prefeitura;
- VII Executar outras tarefas correlatas determinadas pelo Chefe do Poder Executivo.
- Art. 29 Integram a Secretaria de Comunicação Social:
- I Secretário de Comunicação;
- II Diretor de Departamento de Comunicação, Promoção e Divulgação.



SEÇÃO XIII SECRETARIA DE TRANSPORTES

- **Art.** 30 Compete a Secretaria de Transportes:
- I- Administrar a frota de veículos e os serviços de transporte interno da Administração Municipal;
- II-Coordenar a programação, coordenação e execução dos serviços de transporte de pessoas e materiais;
- III- Controle de consumo de combustível por quilômetro, montando mapa estático comparativo;
- IV- Zelo pela apresentação pessoal dos servidores ocupantes do cargo de motorista;
- V- Manutenção preventiva de veículos;
- VI- Fiscalização da documentação de veículos e motoristas;
- VII- Controle das apólices do seguro dos veículos;
- VIII- Outras atividades necessárias ao cumprimento de suas finalidades, nos termos das respectivas normas legais e/ou regulamentação.
- Art. 31 Integram a Secretaria de Transportes:
- 1- Secretário de Transporte
- II- Diretor do Departamento de Transportes

TÍTULO II

DO SISTEMA DE CARGOS, FUNÇÕES E SALÁRIOS DO PESSOAL CIVIL

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 32 - O Sistema de Cargos, Funções, Empregos e Salários do Pessoal do



Poder Executivo Municipal de Gararu seguirá as disposições estabelecidas nesta Lei.

Art. 33 - O Sistema de Cargos, Empregos e Funções compreenderá cargos de provimento efetivo sob o regime estatutário, empregos públicos sob o regime celetista, cargos de provimento em comissão e funções gratificadas, definidos nos termos das tabelas em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 34 - Os cargos a que se refere o artigo 38 desta Lei terão suas remunerações calculadas e fixadas nos termos das tabelas em anexo, que ficam fazendo parte integrante desta Lei.

CAPÍTULO II

Dos Quadros

Art. 35 - O Sistema de Cargos, Empregos e Funções será constituído dos Quadros de Cargos de Provimento Efetivo, de Empregos públicos, de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções Gratificadas.

Art. 36 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Quadro de Cargos de Provimento Efetivo: o conjunto de cargos efetivos e dos servidores que ocupam os referidos cargos, se preenchidos os requisitos necessários para o seu provimento, conforme estabelecido no Sistema de Cargos, Funções e Salários de que trata esta Lei;

II - Quadro de Empregos Públicos: o conjunto de empregos públicos e dos servidores que ocupam os referidos empregos, sob regime jurídico celetista;
 III - Quadro de Cargos em Comissão: o conjunto de cargos com funções



diferenciadas, organizados em níveis e categorias e agrupados de acordo com as atividades que lhes são comuns;

- IV- Quadro de Funções Gratificadas: o conjunto de funções diferenciadas, organizadas em níveis e categorias e agrupados de acordo com as atividades comuns aos diversos órgãos;
- V Nível: o deslocamento que identifica a posição do cargo na estrutura dos Grupos Ocupacionais, segundo o grau de qualificação e escolaridade formal exigida para o seu ocupante;
- VI Cargo: conjunto de deveres e responsabilidades cometidas em caráter não transitório a funcionários, com denominação própria, cujo exercício corresponde a determinada faixa salarial;
- VII Grupo Hierárquico: é o agrupamento de cargos com o mesmo nível de escolaridade e a mesma faixa salarial;
- VIII Faixa Salarial: é o conjunto de níveis salariais que compõem um grupo hierárquico, onde são fixados os salários máximos e mínimos;
- IX Nível Salarial: é o valor fixado na escala salarial de um grupo hierárquico;
- X Função Gratificada: é o conjunto de deveres, tarefas e responsabilidades cometidas preferencialmente ao funcionário, em caráter temporário, por encargo de chefia a que corresponde uma gratificação não incorporável ao salário do cargo;
- XI Remuneração: é a soma do salário, gratificação de função e incentivos funcionais do emprego;
- XII Nomeação: é o ato pelo qual a autoridade competente do município autoriza o ingresso, no Quadro de Pessoal, de candidatos aprovados em Concurso Público, devidamente habilitado para preencher certo cargo e formaliza a escolha de pessoal para ocupar os cargos comissionados;
- XIII Designação: é o ato pelo qual o(a) Prefeito(a) formaliza a escolha de pessoal para ocupar as funções gratificadas, preferencialmente entre funcionários do quadro efetivo do Poder Executivo;



XIV - Exoneração: é o ato pelo qual o(a) Prefeito(a) demite ocupantes de cargos em comissionados e seus funcionários, neste caso, observando a ampla defesa contida em seu estatuto;

XV - Tabela Salarial: é o conjunto de níveis e faixas salariais fixadas para os diversos grupos hierárquicos que compõem o quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 37 - Os cargos, empregos e funções que compõem o Plano de Cargos, Empregos, Funções e Salários serão descritos, observando-se os requisitos, os sumários de atribuições e as tarefas cometidas a cada um.

Art. 38 - O Poder Executivo manterá o Sistema de Pessoal, cabendo ao órgão central do mesmo sistema coordenar, supervisionar e orientar a implantação e a administração do Sistema de Cargos, Empregos, Funções e Salários de que trata esta Lei.

Parágrafo Único - A Secretaria de Administração Geral, como órgão central, expedirá as normas e instruções necessárias à manutenção e uniformidade do Sistema e a descrição dos mesmos.

TÍTULO III DO PLANO DE CARREIRA DOS SERVIDORES MUNICIPAIS

CAPÍTULO I

Das Disposições Preliminares

Art. 39- Fica instituído o Plano de Carreira dos Servidores Públicos do Município de Gararu, Estado de Sergipe.



Parágrafo Único - O Plano de Carreira é destinado a organizar os cargos e empregos públicos, fundamentados no princípio de qualificação profissional, com a finalidade de assegurar continuidade de ação administrativa e eficiência do serviço público.

Art. 40 - Para os efeitos desta Lei, entende-se por carreira o conjunto de classes em que se desdobra um Cargo, e os respectivos Padrões, cujas classes são agrupadas hierarquicamente em relação à escolaridade.

Parágrafo Único - O desenvolvimento funcional na Carreira corresponde à progressão do servidor de uma classe para outra e seus respectivos padrões.

CAPÍTULO II

Do Ingresso na Carreira

- **Art.** 41 A investidura em cargo público dar-se-á na Classe da Carreira do mesmo Cargo, na primeira referência do respectivo Padrão de Vencimento, atendidos os requisitos de escolaridade e mediante habilitação em concurso público de provas ou de provas de títulos.
- § 1° Constituem requisitos de escolaridade para investidura em cargos públicos:
- a) de Nível Básico certificado ou comprovante de escolaridade mínima de 4ª série do Ensino Fundamental;
- b) de Nível Intermediário certificado ou comprovante de escolaridade da 8ª série do Ensino Fundamental;
- c) de Nível Médio certificado de conclusão de curso do Ensino Médio (2° Grau) ou habilitação em curso técnico de nível médio, em atividade profissional regulamentada;



- d) de Nível Superior diploma de curso superior, expedido por instituição de Ensino Superior reconhecida pelo MEC.
- § 2° O certificado de nível médio e o diploma de curso superior, quando se tratar de atividade profissional regulamentada, deverão estar registrados nos respectivos órgãos competentes.
- **Art.** 42 A classificação dos candidatos aprovados em concurso público de provas ou de provas e títulos, para investidura no cargo, será feita tomando-se sempre por base a nota, ou o número de pontos, do maior para o menor, obtido por candidato.

Parágrafo Único - Para o provimento de cargo e emprego público do Município de Gararu, mediante concurso público, será dada preferência:

I - aos que a ele fizerem jus, por força de expressa determinação legal;
II - ao que apresentar maior número de pontos, atribuídos em virtude de títulos que possuir.

CAPÍTULO III

Do Desenvolvimento e da Qualificação Profissional

- **Art.** 43 O desenvolvimento do servidor, ocupante de cargo de provimento efetivo, ocorrerá mediante avanço horizontal, observadas as seguintes formas:
- 1 por tempo de serviço;
- II por título.

Parágrafo Primeiro - O desenvolvimento na forma do inciso I, dar-se-á automaticamente, após o interstício de três anos de efetivo exercício na referência



imediatamente seguintes.

Parágrafo Segundo - O desenvolvimento na forma do inciso II, ocorrerá pela participação do servidor em cursos relacionados com o seu cargo, ou pelo exercício de função de cargos ou funções de confiança e dar-se-á mediante avanço da referência em que se encontrar para outra, devendo ser regulamentado através de Decreto Municipal.

Parágrafo Terceiro - Para efeito do avanço previsto no inciso II somente serão válidos os títulos conferidos por entidades oficiais, ou devidamente autorizados e/ou reconhecidos pelo Poder Público Municipal.

- **Art.** 44 Observado o que dispõe o artigo 48 desta Lei, o servidor terá direito a que seja computado para efeito de avanço horizontal por tempo de serviço:
- I O tempo de serviço prestado em cargo comissionado e em função gratificada nos órgãos ou entidades da Administração Municipal;
- II O tempo de exercício em atividade própria da Administração Municipal, para cujo desempenho seja necessária experiência ou qualificação profissional inerente ao cargo ocupado.
- **Art.** 45 Para efeito dos artigos 49, não serão considerados:
- 1 O tempo de licença não remunerada;
- II O tempo em que o servidor esteja sujeito a prisão decorrente de condenação criminal transitada em julgado.
- Art. 46 Será constituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Administração,



uma comissão, composta por no mínimo três servidores, com a finalidade de apreciar e opinar a respeito das solicitações acerca do desenvolvimento do servidor na carreira.

Parágrafo único - A comissão elaborará relatório de avaliação que será submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO IV

Das Normas de enquadramento

- **Art.** 47 O enquadramento dos servidores municipais será realizado em duas formas:
- a) Enquadramento salarial que compreenderá a lotação do servidor no Quadro e no Cargo, dentro da respectiva Classe e na Referência que lhe couber, que definirá o valor de seu vencimento;
- b) Enquadramento funcional que compreenderá a designação do servidor para a função que lhe couber, de acordo com o cargo no qual for enquadrado.
- **Art.** 48 Os funcionários ocupantes de cargos extintos, transformados ou adaptados por força desta Lei, serão enquadrados de acordo com o respectivo grau de escolaridade em um outro cargo equivalente.

Parágrafo único - Ao funcionário municipal será dado prazo de 30(trinta) dias para apresentar reclamação sobre seu enquadramento, a contar da data da publicação da Portaria.

TÍTULO IV DAS OUTRAS DISPOSIÇÕES



CAPÍTULO I

Das Disposições Gerais, Transitórias e Finais

Art. 49 - O funcionário da Administração Pública colocado à disposição da Prefeitura Municipal de Gararu e designado para cargo em comissão, optará pelo vencimento do cargo em comissão ou pelo vencimento do cargo de origem, acrescido de 60% (sessenta por cento) da remuneração do cargo em comissão.

Art. 50 - Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a gratificação especial aos servidores ocupantes de cargos em comissão e efetivos, nos percentuais de até 100% (cem por cento) do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, a ser definida sua concessão através dos critérios objetivos abaixo identificados:

- a) A avaliação de desempenho individual será feita com base em critérios e fatores que reflitam as competências do servidor, aferidas no desempenho individual das tarefas e atividades a ele atribuídas, mediante relatório periódico, emitido a cada seis (06) meses pelo secretário da pasta;
- b) Na avaliação de desempenho individual, além do cumprimento das metas de desempenho, deverão ser avaliados os seguintes fatores mínimos:
- b.1- produtividade no trabalho, com base em parâmetros previamente estabelecidos de qualidade e produtividade;
- b.2- conhecimento de métodos e técnicas necessários para o desenvolvimento das atividades referentes ao cargo efetivo na unidade de exercício;
- b.3- trabalho em equipe;
- b.4- comprometimento com o trabalho; e
- b.5- cumprimento das normas de procedimentos e de conduta no desempenho das atribuições do cargo.



- c) Ser um servidor assíduo;
- d) Não está gozando licença de qualquer natureza;
- e) Não ter reincidência em penalidade administrativa, bem como não possuir condenação penal transitada em julgado em virtude de infração cometida no exercício da função ou no ambiente de trabalho.
- f) Fazer parte do quadro de funcionários comissionados e efetivos.
- § 1° A avaliação de desempenho se dará da seguinte forma:
- 1- Nota de 6 a 7 recebe até 25%
- II- 7 a 8 recebe até 50%
- III-8 a 9 recebe até 75%
- IV-9 a 10 recebe até 100%

Parágrafo único: Os critérios acima elencados para auferir a gratificação são cumulativos, no que couber.

- **Art.** 51 Fica instituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal, a gratificação especial aos servidores ocupantes de cargos em comissão e efetivos, nos percentuais de até 100% (cem por cento) do vencimento básico do cargo ocupado pelo servidor, a ser definida sua concessão através dos critérios objetivos abaixo identificados:
- I Poderá ser concedida gratificação de até 100% (cem por cento) aos trabalhadores ocupantes de cargos comissionados e efetivos que possuírem na data do ato de concessão, escolaridade mínima de ensino médio completo, executem atividades administrativas ligadas a Secretaria Municipal de Controle



Interno, Secretaria Municipal de Finanças, Recursos Humanos, Secretaria Municipal de Administração e trabalhem em regime de dedicação exclusiva;

II - Poderá ser concedida gratificação de até 100% (cem por cento) aos servidores efetivos e comissionados, designados por ato administrativo, por participação em comissão especial e permanente, por função de pregoeiro e equipe de apoio, a serem definidos critérios por meio de decreto;

III - Poderá ser concedida gratificação de até 100% (cem por cento) aos trabalhadores ocupantes de cargos comissionados ou efetivos que possuírem na data do ato de concessão a escolaridade mínima de ensino superior incompleto ou completo e executarem atividades ligadas ao setor jurídico, bem como em atividades ligadas à execução financeira e orçamentária.

Art. 52 - Fazem parte integrante desta Lei, os seguintes Anexos:

Anexo 1 - Tabela de Cargos Efetivos;

Anexo II - Tabela de Cargos em Comissão e de Funções Gratificadas;

Art. 53 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 54 - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA MUNICIPAL DE GARARU, ESTADO DE SERGIPE, EM 09 DE ABRIL DE 2025.

> GILZETE DIONIZA DE MATOS Prefeita Municipal



ANEXO I QUADRO DE CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

Nível Básico/Intermediário

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Auxiliar de Serviços Gerais	130	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Agente Administrativo	20	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Vigilante	30	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Merendeira	25	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Pedreiro	03	40h	R\$ 2.000,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.



1	1	I	1	
Servente de Pedreiro	03	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Gari	30	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Podador de árvores	03	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Carpinteiro	02	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Pintor	02	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Eletricista	05	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Fiscal de Serviços Urbanos	05	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.



Mecânico	02	40h	R\$ 2.000,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.
Guarda Municipal	05	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Fundamental incompleto. Conhecimentos específicos da função.

Nível Médio

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
				Ensino Médio
				Completo.
Assistente/Agente Administrativo	30	40h	De 1 510 00	Conhecimentos
Administrativo	30	4011	R\$ 1.518,00	específicos da função.
				Tulição.
				Ensino
				Médio
				Completo.
Agente				Conhecimentos
Comunitário de	30	40h	R\$ 3.036,00	específicos da
Saúde				função.
				Ensino
				Médio
				Completo.
Fiscal de				Conhecimentos
Arrecadação	5	40h	R\$ 1.518,00	específicos da
				função.
				Ensino
				Médio
T- 1 1 37' '1A '				Completo.
Fiscal de Vigilância Sanitária	_	401	De 1 510 00	Conhecimentos
Sanitaria	5	40h	R\$ 1.518,00	específicos da
				função.



Auxiliar de Serviço Bucal/ Auxiliar de Consultório Dentário	10	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Medio Completo Curso que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe
Agente de Endemias	10	40h	R\$ 3.036,00	Ensino Médio Completo. Conhecimentos específicos da função.
Monitor/Educador Social	14	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Médio Completo. Conhecimentos específicos da função.
Instrutor de Música	03	20h	R\$ 1.518,00	Ensino Médio Completo. Conhecimentos específicos da função.
Instrutor de Capoeira	01	20h	R\$ 1.518,00	Ensino Médio Completo. Conhecimentos específicos da função.
Cuidador	06	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Médio Completo. Curso de especialização na área.



Nível Técnico

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Técnico Agrícola	03	40h	R\$ 2.200,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo
Técnico/Auxiliar em Enfermagem PSF	10	40h	R\$ 3.325,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe
Técnico/Auxiliar em Enfermagem	20	40h	R\$ 3.325,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe
Técnico de Turismo	03	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe
Técnico de Segurança do Trabalho	1	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe
Técnico em Informática	03	20h	R\$ 1.518,00	Ensino Médio Completo. Conhecimentos específicos da função.
Técnico de Defesa Civil	02	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro no Conselho de Classe



Técnico em Edificação	01	40h	R\$ 1.518,00	Ensino Medio Completo Curso tecnico que o habilite para o cargo e registro ativo CREA/SE
--------------------------	----	-----	--------------	--

Nível Superior

CARGOS	QUANTIDADE	CARGA HORÁRIA	SALÁRIO	HABILITAÇÃO MÍNIMA
Engenheiro Civil	04	20h	R\$ 4.200,00	Nível Superior em Engenharia Civil e registro no Conselho de classe.
Engenheiro Agrônomo	01	20h	R\$ 2.000,00	Nível Superior em Engenharia Agrônoma e registro no Conselho de Classe
Engenheiro Ambiental	01	40h	R\$ 4.200,00	Nível Superior em Engenharia Ambiental e registro no Conselho de classe.
Tecnólogo em Saneamento Ambiental	04	30h	R\$ 2.500,00	Nível Superior em Tecnólogo em Saneamento Ambiental e registro no Conselho de classe.
Médico - Clínico Geral – PSF	02	40h	R\$ 15.000,00	Nível superior em Medicina e registro no Conselho de classe.



Médico - Clínico Geral	02	20h	R\$ 6.000,00	Nível superior em Medicina e registro no Conselho de classe.
Odontólogo – PSF	05	40h	R\$ 4.550,00	Nível superior em Odontologia e registro no Conselho de classe
Odontólogo Ambulatorial	02	40h	R\$ 4.550,00	Nível superior em Odontologia e registro no Conselho de classe
Enfermeiro – PSF	05	40h	R\$ 5.200,00	Nível superior completo em Enfermagem e registro no Conselho de classe
Enfermeiro Ambulatorial	04	40h	R\$ 4.750,00	Nível superior completo em Enfermagem e registro no Conselho de classe
Assistente Social	10	20h	R\$ 2.000,00	Nível superior completo em Serviço Social e registro no Conselho de classe.
Médico Pediatra	01	20h	R\$ 6.000,00	Nível superior em Medicina, especialização em pediatria e registro no Conselho de classe.



Médico Ginecologista/ obstetra	01	20h	R\$ 6.000,00	Nível superior em Medicina, especialização em ginecologia e obstetrícia e registro no Conselho de classe.
Médico Psiquiatra	01	20h	R\$ 5.000,00	Nível superior em Medicina, especialização em psiquiatria e registro no Conselho de classe.
Médico do Trabalho	01	20h	R\$ 5.000,00	Nível superior em Medicina, especialização em medicina do trabalho e registro no Conselho de classe.
Fisioterapeuta	10	20h	R\$ 2.000,00	Nível superior completo em Fisioterapia e registro no Conselho de classe.
Psicólogo	05	20h	R\$ 2.000,00	Nível superior em Psicologia e registro no Conselho de classe.
Farmacêutico	02	20h	R\$ 2.500,00	Nível superior completo em Farmácia e registro no Conselho de classe.



				Nível superior
				completo em Terapia
				Ocupacional e
Terapeuta				registro no
Ocupacional	02	20h	R\$ 2.000,00	Conselho de
				classe.
				Nível superior em
				Nutrição e
Nutricionista	05	20h	R\$ 2.000,00	registro no Conselho de
1 (utilitionistu		2011	2.000,00	classe.
				N/ 1 '
				Nível superior completo em
				Fonoaudiologia e
				registro no
Fonoaudiólogo	03	20h	R\$ 2.000,00	Conselho de
				classe.
				Nível superior
				completo em
Psicopedagogo				em
Institucional	02	40h	R\$ 2.200,00	Psicopedagogia
				Institucional.
				Nível superior
				Pedagogia ou
Psiconedagogo				=
Clínico	02	40h	R\$ 2.200,00	Psicopedagogia
				Institucional.
				Nível superior
				completo em
				Direito e registro
Proguesdor	02	20h	R\$ 4 880 00	
	UL	∠ UII	17.000,00	Conseino de
Psicopedagogo Institucional Psicopedagogo	02	40h	R\$ 2.200,00	classe. Nível superior completo em Pedagogia ou Psicologia; Especialização em Psicopedagogia Institucional. Nível superior completo em Pedagogia ou Psicologia; Especialização em Psicopedagogia Institucional. Nível superior completo em Psicopedagogia Institucional.



1	I	İ	İ	I
Médico Veterinário	01	20h	R\$ 2.000,00	Nível superior completo em Medicina Veterinária e registro definitivo no Conselho de classe.
Advogado	02	20h	R\$ 3.000,00	Nível superior completo em Direito e registro definitivo no Conselho de classe.
Arquiteto	02	30h	R\$ 2.700,00	Nível superior completo em Arquitetura e registro definitivo no Conselho de classe.
Bibliotecário	02	40h	R\$ 1.518,00	Nível superior completo em Biblioteconomia e registro no Conselho de classe.
Contador	02	40h	R\$ 2.000,00	Nível superior completo em Contabilidade e registro definitivo no Conselho de classe.
Educador Físico Bacharel	02	20h	R\$ 1.518,00	Nível superior completo em Educação Física e registro definitivo no Conselho de classe.



ANEXO II QUADRO DE CARGOS EM COMISSÃO- CC

CARGO	SIMBOLO		SALARIO R\$	QUANTIDADE
Secretario Municipal	CC-1			14
Secretario Adjunto	CC-2	R\$	2.800,00	5
Diretor de Departamento	CC-3	R\$	2.500,00	29
Coordenador de Departamento	CC-4	R\$	2.500,00	18
Assessor I	CC-5	R\$	2.100,00	10
Assessor II	CC-6	R\$	1.800,00	10
Assessor III	CC-7	R\$	1.518,00	23
TOTAL DE CARGOS COMISSIONADOS				109